ARTIGO 3.º

O capital social é de catorze mil novecentos e sessenta e um euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de três quotas iguais de quatro mil novecentos e oitenta e sete euros, cada, pertencente uma a cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete aos sócios, que, desde já, ficam nomeados gerentes.

§ 1.º Para a sociedade ficar obrigada é necessária a intervenção de dois gerentes.

§ 2.º A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência, ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e
- h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade tornado por maioria, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se por falecimento de um sócio a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias, a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

Disposição transitória

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade do capital social depositado, a fim de, custear as despesas de constituição e registo da sociedade, aquisição de equipamento e instalação da sede social e a adquirir para esta quaisquer bens móveis, imóveis ou direitos, mesmo antes do seu registo definitivo, assumindo a sociedade todos os actos praticados pela gerência, nesse período, logo que definitivamente matriculada.

Está conforme o original.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214626

FERNANDO & ANA FIGUEIRA — CONSTRUÇÕES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5349/990903; identificação de pessoa colectiva n.º 504540688.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214625

JUAN LOPEZ — SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5361/990914.

Certifico que ficaram depositados os documentos referentes à prestação de contas da sociedade mencionada em epígrafe do ano de 1999.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214624

MELO & MARQUES — EXPLORAÇÃO DE RESTAURANTES, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5355/990907; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 07/990907.

Certifico que:

1 — António José Carrasco de Melo Saião, casado com Maria da Graça dos Santos Conde de Melo Saião, na comunhão de adquiridos, Rua de Joaquim Brandão, 6, 4.º, esquerdo, Setúbal;

2 — Maria José Ribeiro Marques, solteira, maior, Praceta do Dr. José Romão dos Santos Ferro, 21, 2.º, D, Setúbal, constituíram a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Melo & Marques — Exploração de Restaurantes, L.ª, e tem a sua sede na Avenida de 22 de Dezembro, 45, rés-do-chão, freguesia de São Julião, concelho de Setúbal.

§ único. Por deliberação social a sociedade poderá instalar e abrir outros estabelecimentos onde tal se mostrar conveniente e deslocar a sua sede dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

O seu objecto é actividades hoteleiras, nomeadamente restaurante, bar e *snack-bar*.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de 400 000\$ correspondente à soma de duas quotas iguais de 200 000\$ cada, sendo uma de cada sócio.

ARTIGO 4.º

Os sócios poderão fazer a sociedade todos os suprimentos que entendam necessários, com ou sem juros, conforme for deliberado em assembleia geral.

ARTIGO 5.º

É livre a cessão de quotas, no todo ou em parte, entre os sócios e entre estes e os seus descendentes ou ascendentes, com expressa dispensa de autorização especial da sociedade e ficando desde já autorizadas as necessárias divisões das mesmas quotas.

§ único. No caso de cessão de quotas a favor de terceiros, torna-se necessário o consentimento expresso da sociedade. Na aquisição tem direito de preferência, tanto por tanto, em primeiro lugar a sociedade e em segundo lugar os sócios individualmente; se mais de um sócio quiser preferir, será a quota em causa, repartida entre eles proporcionalmente às quotas possuídas.

ARTIGO 6.º

A sociedade poderá amortizar quotas, no todo ou em parte de qualquer sócio nos casos seguintes:

- a) Inabilitação, interdição, falência ou insolvência do sócio;
- b) Arresto, arrolamento ou penhora da quota;
- c) Quando viole gravemente algum dos seus deveres sociais.

§ único. Em qualquer destes casos o valor da amortização e o que corresponder ao balanço efectuado à data da respectiva deliberação.

ARTIGO 7.º

Em caso de falecimento de qualquer sócio, a sua quota passará para os seus herdeiros, podendo no entanto a sociedade exigir que estes exerçam os respectivos direitos sociais através de um sócio que entre si escolham.

ARTIGO 8.º

1 — A administração da sociedade e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, competem a ambos os sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 — Para obrigar a sociedade nos seus actos e contratos são necessárias as assinaturas de ambos os gerentes. Para os actos de mero expediente e suficiente a assinatura de um só gerente.

ARTIGO 9.º

A convocação das assembleias gerais far-se-á por escrito e com a antecedência de 15 dias da data marcada e com precisa indicação dos assuntos ou fins a tratar.

ARTIGO 10.º

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 19.º do Código das Sociedades Comerciais os gerentes ficam autorizados a tomar de trespasso o estabelecimento comercial instalado no rés-do-chão, 45, da Avenida de 22 de Dezembro em Setúbal.

ARTIGO 11.º

Do capital social que foi depositado, poderão os gerentes e desde já, efectuar os levantamentos tidos por necessários para ocorrer a despesas correntes, mesmo antes do registo definitivo do contrato da sociedade.

Está conforme o original.

23 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214623

ARIG, CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5347/990831; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 02/990831.

Certifico que:

- 1 — Inácio Severino da Silva Guerreiro, casado com Maria José Garcia Rodrigues Guerreiro, na comunhão de adquiridos, Rua das Rosas, 24, Bairro de São João, Almada;
- 2 — Maria José Garcia Rodrigues Guerreiro;
- 3 — Alexandre Rúben Rodrigues Guerreiro, solteiro, maior, Rua das Rosas, 24, Bairro de São João, Almada, constituíram a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

Firma

A sociedade adopta a firma Arig, Construções e Empreendimentos, L.ª

2.º

Sede

- 1 — A sociedade tem a sua sede na Avenida de Nuno Álvares, 46-A, freguesia de São Sebastião, concelho de Setúbal.
- 2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.
- 3 — É dispensada a deliberação dos sócios para a criação de sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação.

3.º

Objecto

A sociedade tem como objecto a construção de edifícios para venda directa.

4.º

Capital

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de dez milhões de escudos e corresponde à soma das seguintes quotas: uma de quatro milhões de escudos pertencente ao sócio Inácio Severino da Silva Guerreiro; uma de três milhões de escudos pertencente à sócia Maria José Garcia Rodrigues Guerreiro e uma de três milhões de escudos pertencente ao sócio Alexandre Rúben Rodrigues Guerreiro.

5.º

Amortização de quotas

- A sociedade poderá amortizar qualquer quota sempre que:
- a) A quota seja arrolada, arretada, penhorada ou incluída em massa falida ou insolvente;
 - b) A quota seja cedida sem consentimento da sociedade fora dos casos previstos no número dois do artigo 228.º do Código das Sociedades Comerciais.

6.º

Gerência

- 1 — A gerência fica a cargo de todos os sócios desde já designados como gerentes.
- 2 — Para vincular a sociedade é necessária a assinatura de dois gerentes.

Disseram ainda os outorgantes que a sociedade poderá iniciar imediatamente a sua actividade ficando a gerência desde já autorizada a:

- a) Celebrar todos os actos compreendidos no objecto social;
- b) Levantar o capital social para aquisição de equipamento;
- c) Celebrar contratos de *leasing* ou outros contratos para aquisição de veículos automóveis ou de equipamento.

Está conforme o original.

21 de Junho de 2006. — A Conservadora, *Maria Helena Nobre Palma Rosa dos Santos Frederico*. 3000214622

SETULPREV — EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5364/990920; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 01/990920.

Certifico que:

- 1 — Carlos Alberto Ribeiro da Silva, casado com Dina Teresa Ezequiel da Glória Ribeiro da Silva, na comunhão de adquiridos, Estrada dos Ciprestes, 86, 5.º, esquerdo, Setúbal;
- 2 — José Jacinto Correia Cavaco, casado com Isabel Maria Peixoto Motrena Cavaco, na comunhão de adquiridos, Rua de Moçambique, 125, Palmela;
- 3 — José Manuel Teixeira Ribeiro, divorciado, Rua de Frei Pedro Lagarto, 7, Setúbal, constituíram a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

- 1 — A sociedade adopta a firma SETULPREV — Equipamentos de Segurança e Prevenção, L.ª, e tem a sua sede na Rua de Antão Girão, 53, 1.º, freguesia de Santa Maria da Graça, concelho de Setúbal.
- 2 — Por deliberação da gerência poderá esta deslocar a sua sede para qualquer outro local dentro do mesmo concelho limítrofe, bem como criar filiais, sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação quer em Portugal quer no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a comercialização, produção, transformação, importação e exportação de equipamentos de segurança e prevenção para a indústria e o comércio.

ARTIGO 3.º

O capital social inteiramente realizado e subscrito em dinheiro é de cinco mil euros ou um milhão dois mil quatrocentos e dez escudos à taxa de conversão fixada pelo Conselho da União Europeia nos termos do artigo 109.º-L, n.º 4, primeiro período, do Tratado que institui a Comunidade Europeia, que nesta data se cifra em duzentos escudos quatrocentos e oitenta e dois centavos, corresponde à soma das seguintes quotas: uma quota de dois mil euros ou quatrocentos mil novecentos e sessenta e quatro escudos do sócio Carlos Alberto Ribeiro da Silva; uma quota de mil e quinhentos euros ou trezentos mil setecentos e vinte e três escudos do sócio José Jacinto Correia Cavaco; uma quota de mil e quinhentos euros ou trezentos mil setecentos e vinte e três escudos do sócio José Manuel Teixeira Ribeiro.

ARTIGO 4.º

- 1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, pertence a um ou mais gerentes, e estes podem ser escolhidos de entre estranhos à sociedade, ficando desde já nomeados gerentes os sócios.
- 2 — A sociedade é representada e obriga-se em juízo e fora dele, activa e passivamente pela assinatura de dois gerentes.
- 3 — A sociedade poderá constituir mandatários ou procuradores da sociedade, para a prática de determinados actos ou categorias de actos ou para determinados negócios ou espécie de negócios, nos termos do n.º 2 do artigo 261.º, do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 5.º

Ocorrendo a morte ou interdição de qualquer sócio, os respectivos direitos e deveres sociais serão, no primeiro caso, exercidos pelos herdeiros do falecido que designarão no prazo de 30 dias, após o óbito, um de entre eles que a todos represente na sociedade enquanto a respectiva quota permanecer indivisa; no segundo caso, os direitos do interdito serão exercidos na sociedade pelo representante legal do mesmo.